

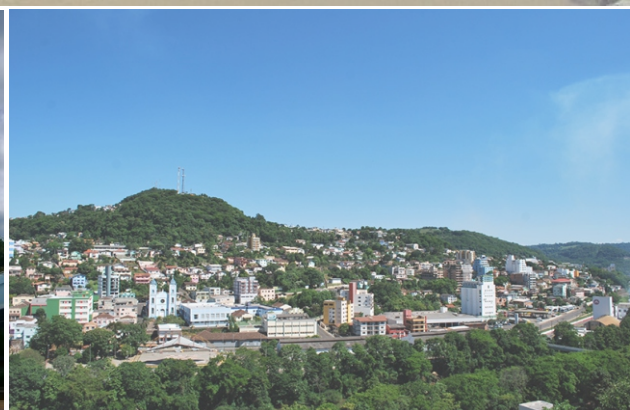


Revisão 2018/2019

Plano Diretor

Herval d'Oeste

Prognóstico



Um Novo Jeito de Pensar Herval d'Oeste!



Município de Herval d'Oeste

Realização:



Consórcio Intermunicipal Catarinense

PROGNÓSTICO

Revisão do Plano Diretor



EQUIPE TÉCNICA

Bruna Talita Borgmann Engenheira Florestal. CREA-SC 156579-4	Clarissa Anrain Arquiteta e Urbanista CAU A 63814-5	Franciele Verginia Civiero Arquiteta e Urbanista CAU A 112527-3
Gesiane Heusser Lermen Arquiteta e Urbanista. CAU A 149454-6	Guilherme Müller Biólogo CRBio03 053021/03-D	Gustavo Marcondes Bel. Em Direito e Corretor CRECI 31961F
Luís Felipe Braga Kronbauer Advogado OAB-SC 46772	Luiz Gustavo Pavelski Engenheiro Florestal CREA-SC 104797-2	Maurício de Jesus Engenheiro Sanit. e Ambiental CREA-SC 147737-1
Mauricio Perazzoli Engenheiro Ambiental CREA-SC 98322-7	Mayara Zago Engenheira Civil CREA-SC 147796-6	Raphaela Menezes Geóloga CREA-SC 138824-3
Raquel Gomes de Almeida Engenheira Ambiental CREA-SC 118868-3	Stella Stefanie Silveira Arquiteta e Urbanista CAU A 190893-6	Thaís Shuts Millack Engenheira Civil CREA-SC 129621-0

Vitor Moretzsohn R. Cesarino
Engenheiro Civil.
CREA-SC 118236-6

APOIO OPERACIONAL

Celso Afonso Palhares Madrid Filho Estagiário de Geografia	Karoline da Silva Ribeiro Estagiária de Administração
Leticia Geniqueli Reichardt Estagiária de Engenharia Sanit. e Ambiental	Lucca Dias da Silva Estagiário de Arquitetura e Urbanismo
Morgana Ogliari da Silva Estagiária de Arquitetura e Urbanismo	Tainara Aparecida Xavier Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Moisés Diersmann Presidente do Consórcio CIMCATARINA Prefeito de Luzerna/SC	Américo Lorini Prefeito Municipal de Herval d'Oeste
Milena Andersen Lopes Becher Vice-Presidente do Consórcio CIMCATARINA Prefeita de Vargem-SC	Mauro Sérgio Martini Vice-Prefeito Municipal de Herval d'Oeste
Elói Rönnau Diretor Executivo do Consórcio CIMCATARINA	Saray Terezinha Dimbarre Secretária Municipal de Planejamento
	Lorivan Xavier de Almeida Secretário Municipal de Adm. e Finanças



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

Rua General Liberato Bittencourt, 1885,
13º Andar, Sala 1305
Bairro Canto, CEP 88.070-800,
Florianópolis/Estado de Santa Catarina



MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Rua Nereu Ramos, 389, Centro,
CEP 89.610-000



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eixo econômico e social.....	6
Tabela 2 - Eixo de estruturação urbana.	9
Tabela 3 - Eixo de mobilidade urbana.	11
Tabela 4 - Eixo de qualificação ambiental.	12
Tabela 5 - Eixo proteção do patrimônio histórico e cultural.	14



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES.....	6
2.1 Econômico e social	6
2.2 Estruturação urbana.....	8
2.3 Mobilidade urbana.....	10
2.4 Qualificação ambiental	12
2.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16



APRESENTAÇÃO

Após realizado o diagnóstico, constante no volume anterior, foram elencados objetivos e determinadas diretrizes e ações para a revisão do Plano Diretor, os quais irão definir os temas prioritários para o mesmo, visando maximizar os potenciais e minimizar as deficiências, de forma a ordenar estrategicamente o uso do solo de Herval d'Oeste.

O prognóstico é baseado em fatos e dados atuais, que podem indicar possibilidades futuras. Em suma, o prognóstico é todo o resultado que é tido como uma hipótese ou probabilidade, ou seja, algo que pode acontecer devido as circunstâncias observadas no presente.

Este prognóstico, formulado para a revisão do plano diretor, tomou como base os apontamentos feitos na etapa de diagnóstico, considerando as condicionantes, deficiências e potencialidades em cada eixo analisado, pelos gestores públicos, atores sociais e população em geral. Esses elementos nortearam a proposição dos objetivos, diretrizes e ações com vistas a almejar o desenvolvimento municipal de Herval d'Oeste através da implementação das políticas, configurando um processo de revisão do Plano de forma participativa e democrática.



2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES

2.1 Econômico e social

O desenvolvimento econômico e social deverá acontecer de maneira sustentável utilizando-se dos potenciais humanos e de infraestrutura existentes, visando o estabelecimento de melhor qualidade de vida a todos. As diretrizes estabelecem caminhos para garantia de serviços básicos a todos e de forma igualitária, fortalecendo as fontes de emprego e renda do município. As ações propostas buscam potencializar as qualidades existentes no município nos âmbitos sociais e econômicos, bem como implantar soluções para as demandas existentes, como o exemplo da ampliação de serviços no setor econômico.

Uma das principais insatisfações retratadas no diagnóstico da revisão do Plano Diretor, fora a burocracia para o estabelecimento de novos empreendimentos e atividades econômicas, especialmente pela legislação vigente não contemplar todas as atividades econômicas existentes, vide isto, recomenda-se a adoção de tabela CNAE. Esta tabela, contempla todas as atividades econômicas existentes, sendo possível também a compatibilização de processos burocráticos através desta implantação dentro dos órgãos do município e possibilitando assim maior transparência e eficiência dos processos.

Tabela 1 - Eixo econômico e social.

ECONÔMICO E SOCIAL	
Objetivos	
	<ul style="list-style-type: none">• Capacitar o município para que desempenhe funções estratégicas em âmbito regional;• Desburocratizar o sistema de análise de projetos por parte da Prefeitura;• Explorar e impulsionar a indústria do município;• Explorar o potencial dos recursos hídricos para o lazer e recreação;• Explorar o potencial turístico do município;• Facilitar a abertura de empresas;• Fortalecer os espaços gastronômicos nos meios urbanos e rurais;• Garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos;• Melhor distribuição de equipamentos de segurança pública;• Ofertar criação de novas fontes de emprego e renda a população;• Orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;• Possibilitar a distribuição de infraestrutura urbana e social de forma equilibrada perante o uso do solo urbano;• Possibilitar a permanência de mão de obra qualificada no município;



- Possibilitar o desenvolvimento econômico e ambiental do território de forma planejada e equilibrada;
- Potencializar as rotas turísticas já existentes - Rota Vale do Contestado;
- Potencializar o comércio de produtos locais;
- Promover a articulação com os demais municípios da região, para discussão de temas comuns, bem como temáticas de desenvolvimento regional;
- Promover a justiça social e reduzir as desigualdades, buscando a reversão do processo de segregação socioespacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária,
- Promover e incentivar a diversificação de atividades econômicas em todo o município;
- Promover eventos culturais;
- Promover o desenvolvimento urbano sustentável;
- Proporcionar a oferta de serviços públicos de maneira sustentável;
- Proporcionar o atendimento às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e a justiça social;
- Proporcionar serviços básicos a toda população.

Diretrizes

- Apoio ao desenvolvimento tecnológico, à atração e retenção de novos talentos e negócios;
- Capacitar grupos de agricultores e agropecuaristas;
- Criar incentivos fiscais para implantação de empresas;
- Desenvolver programas de fomento ao empreendedorismo entre as comunidades em situação de vulnerabilidade;
- Diversificar o setor industrial;
- Estimular o desenvolvimento econômico (comercial, industrial, pesquisa e de serviços) no município;
- Estimular o desenvolvimento em escala regional, por meio de parcerias entre os municípios da região, para o desenvolvimento de projetos de interesse comum;
- Estimular o desenvolvimento sustentável e adequado da agroindústria regional;
- Fomentar a coleta seletiva como fonte geradora de renda;
- Fortalecer o turismo local e regional;
- Fortalecimento de mecanismos para atender a maior demanda por equipamentos sociais;
- Fortalecimento dos mecanismos de gestão institucional na área de controle urbano e controle social;
- Garantir a participação democrática da população nos processos do planejamento urbano;
- Incentivo a manutenção das pequenas propriedades rurais;
- Incentivo ao desenvolvimento da economia criativa, da economia verde e das tecnologias de informação e comunicação;
- Intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra, rural, industrial, turística e pesquisa;
- Manutenção e melhoria dos serviços básicos, a fim de garantir acesso à segurança pública, saúde, educação em áreas urbanas e rurais;
- Melhoria da segurança pública;
- Otimizar a estrutura tributária do município;
- Otimizar a utilização de equipamentos sociais;
- Possibilitar atrativos para permanência, fortalecimento e renovação das empresas da cidade;
- Prever a organização político-territorial;
- Prever medidas para mitigar eventual processo de gentrificação resultante do desenvolvimento imobiliário;
- Promoção de ações conjuntas com os municípios da região conurbada (Herval d'Oeste, Joaçaba e Luzerna) para prevenção à violência;
- Promover o desenvolvimento econômico sustentável e apoio aos pequenos e novos negócios;
- Reestruturar e fortalecer os centros comunitários e culturais;
- Rever e implantar incentivos para permanência, fortalecimento e renovação das empresas no município;
- Utilização do planejamento e do desenho urbano na criação de espaços facilitadores das ações de segurança e de prevenção à criminalidade.



Ações

- Adoção de áreas com diversificação de atividades econômicas;
- Criação de atrativos, por meio de programas e políticas, para a instalação de novas atividades econômicas geradoras de emprego e renda no município;
- Criação de programa de divulgação dos atrativos turísticos;
- Criação de programas de capacitação para agricultores e agropecuaristas;
- Criação de programas e políticas para a exploração turística dos patrimônios históricos, culturais e dos recursos naturais existentes no município;
- Criação de programas para qualificação de mão obra;
- Criação de rotas turísticas rurais;
- Criar um núcleo de estudo de apoio ao turismo (apoio a estudos de viabilidade, busca de recursos, capacitação de mão de obra)
- Divulgação do potencial existente - desenvolver o Turismo Rural e o Ecoturismo;
- Elaboração de programas para a qualificação dos espaços destinados ao lazer e convívio público;
- Implantação de espaços e serviços destinados às demandas de infraestrutura social e urbana em regiões periféricas do perímetro urbano;
- Implantar centros de educação profissional, desenvolvendo programas e projetos de preparo e formação profissional para jovens e adultos, articulando-os com as políticas de proteção contra o desemprego e a geração;
- Implantar infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo;
- Incentivar a criação de cooperativas e associações de produtores rurais;
- Incentivar a implantação de estrutura hoteleira e gastronômica no município;
- Incentivar o desenvolvimento de prestadores de serviços da área tecnológica;
- Indução ao desenvolvimento econômico-sustentável em áreas urbanas e rurais;
- Informatização do processo de análise e aprovação de projetos edifícios e urbanísticos;
- Modernização da estrutura tributária do município e criação de mecanismos de combate à sonegação de impostos, de modo a aumentar a receita municipal;
- Organizar associações para coleta seletiva;
- Proporcionar a todos os profissionais de educação infantil e ensino fundamental cursos de capacitação para a educação inclusiva;
- Simplificação no processo de abertura de empresas.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

2.2 Estruturação urbana

Os propósitos da estruturação urbana são a diversificação no uso do solo, a distribuição adequada das ocupações perante o solo urbano e sistema viário, otimização da infraestrutura social e urbana existente e a inclusão à cidade. Suas diretrizes visam o estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo que favoreçam a melhor ocupação do solo e infraestrutura urbana, provendo o desenvolvimento econômico e social do município. Faz-se importante também a inclusão de loteamentos de cunho popular em áreas dotadas de infraestrutura, como medida protetiva a segregação social e espacial. As ações definidas presam melhores condutas na ocupação do solo urbano e rural, visando a qualificação constante dos



espaços, além de prever a manutenção dos espaços com boas qualidades ocupacionais e também apontando medidas para a integralização regional.

Tabela 2 - Eixo de estruturação urbana.

ESTRUTURAÇÃO URBANA

Objetivos

- Analisar tecnicamente a possibilidade a regularização de loteamentos e ocupações irregulares;
- Estabelecer regulamentação urbanística e edilícia para a área rural;
- Fomentar a ocupação adequada perante as condicionantes naturais do solo;
- Implementar parâmetros urbanísticos que visem o conforto ambiental para o meio urbano;
- Incentivar a ocupação preferencialmente em locais dotados de infraestrutura urbana;
- Integrar áreas urbanas conurbadas;
- Oportunizar novas áreas industriais nas proximidades da BR-282;
- Otimizar a infraestrutura existente;
- Promover a inclusão social e à cidade legal;
- Promover a utilização de áreas subutilizadas;
- Promover e incentivar a diversificação de atividades nas regiões periféricas da cidade;
- Promover o equilíbrio visual entre os diversos elementos que constituem a paisagem urbana;
- Revisar códigos urbanísticos e edílios.

Diretrizes

- Adequar o perímetro urbano às tendências de crescimento considerando a infraestrutura existente;
- Aprimorar a regularização e a incorporação de assentamentos de interesse social consolidados à estrutura urbana;
- Cooperar para a implantação de serviços de comunicação em todas as localidades rurais;
- Criar políticas de integralização regional, com foco nas áreas conurbadas, utilizando-se de instrumentos de uso e ocupação do solo;
- Direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização;
- Dotar de função o patrimônio público e privado, atualmente subutilizado;
- Elaborar e implantar políticas habitacionais;
- Elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;
- Estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;
- Fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
- Implantar e melhorar a iluminação pública urbana;
- Implementar instrumentos do Estatuto da Cidade e do Código Civil;
- Instituição de regras e parâmetros de controle da expansão do perímetro urbano;
- Instituir o sistema municipal de planejamento e gestão territorial descentralizado;
- Priorização do adensamento de áreas já urbanizadas e a utilização dos imóveis vazios e subutilizados;
- Promover a expansão industrial nas áreas industriais pré-existentes e expandir as atividades industriais de pouco impacto ambiental por meio dos micros polos industriais;
- Regularização das faixas de domínio da linha férrea;
- Regularização fundiária em locais com ocupações irregulares;
- Viabilizar a criação de calçadas em ruas com grande concentração de comércio e prestação de serviços.
- Vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do município, fomentando o uso misto, sempre que possível.



Ações

- Adoção da tabela CNAE, para classificação de usos e compatibilização de serviços;
- Adoção de uso de atividades mistas nas regiões periféricas, em que se apresentam usos predominantemente residencial, visando o acesso a bens e atividades, diminuindo assim os deslocamentos, de forma a equivaler à qualidade da malha urbana;
- Adoção de zonas com densidades proporcionais à infraestrutura existente;
- Ampliação das áreas com usos mistos e alteração de parâmetros urbanísticos em zonas residenciais;
- Atualização permanente do cadastro imobiliário;
- Criação de instrumentos para regulamentação das edificações em áreas rurais;
- Criação de parâmetros urbanísticos que auxiliam a segurança pública, como o exemplo do uso de fachadas ativas em zonas comerciais;
- Criação de programas para requalificação de espaços urbanos em desuso;
- Definição de áreas para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Elaboração de medidas compensatórias para novas edificações em áreas com alto adensamento ocupacional, as quais visem a redução da carga da drenagem pluvial, como a utilização de telhados verdes, pisos drenantes e maiores taxas de permeabilidade;
- Elaboração de normas para regularização da publicidade;
- Implantação de áreas para atividades industriais em locais dotados de infraestrutura condizente a atividade;
- Implantação de loteamento e edificações de cunho popular em locais já dotados de infraestrutura, preferencialmente em áreas de vazios urbanos;
- Implantação de novas áreas industriais e serviços nos entornos das rodovias BR-282;
- Implantação de novas ocupações em áreas com menores declividades, desde que estejam providas de infraestrutura básica para ocupação;
- Implantação de sistemas de fiscalização e monitoramento, que visem a coibição de ocupações irregulares;
- Implantação de zoneamentos que visem o desenvolvimento sustentável e econômico das áreas urbanas e rurais;
- Implantação e ampliação dos serviços de tecnologia e comunicação;
- Indicação de áreas passíveis para instalação de cemitérios;
- Indução da ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas que já possuem infraestrutura urbana;
- Manutenção das áreas indústrias consolidadas;
- Manutenção dos parâmetros urbanísticos que auxiliam no aproveitamento da infraestrutura existente;
- Promoção de melhorias habitacionais.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

2.3 Mobilidade urbana

O ponto focal da mobilidade urbana em Herval d'Oeste é a promoção ao acesso universal a cidade a todos os munícipes, por meio de infraestrutura urbana adequada para tal. Além da integração dos sistemas de modais coletivos e não motorizados. Visa criar direções para melhoria dos sistemas de mobilidade urbana municipal e regional, de modo ordenar os sistemas. As ações referentes a mobilidade buscam instaurar no município boas condições de infraestrutura de mobilidade urbana, de forma qualitativa onde os cidadãos possam mover-se de forma autônoma e eficaz.



Com base nas análises do diagnóstico, referentes aos aspectos da mobilidade urbana de Herval d'Oeste, o entendimento é de que é necessário um maior investimento em outros modais de transporte, que dinamizem as alternativas de locomoção, além da adequação das infraestruturas existentes aos padrões e normativas de acessibilidade.

Tabela 3 - Eixo de mobilidade urbana.

MOBILIDADE URBANA	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar rotas secundárias em áreas de grande fluxo e acessos a polos geradores de tráfego; • Implantar ciclofaixas e rotas acessíveis; • Incentivar e qualificar o transporte público; • Instalar novas modalidades de transporte; • Integrar modais de transporte; • Melhorar os sistemas de mobilidade urbana; • Mobilidade regional; • Possibilitar o uso de modais não motorizados; • Promover a acessibilidade universal no meio urbano.
Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento e modernização do sistema de rotatividade de vagas de estacionamento nas vias públicas • Articular para a operação da ferrovia (para carga ou para turismo); • Complementar o sistema viário, promovendo a ligação entre bairros; • Garantir a acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais; • Garantir a acessibilidade urbana aos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida; • Implementar programa de pavimentação das vias; • Integrar o sistema viário, transporte e uso do solo; • Integrar o transporte coletivo, entre suas linhas e entre outros modais de transporte; • Melhorar a qualidade dos passeios; • Melhorar as condições de segurança e facilidade de trânsito aos ciclistas; • Ordenar o tráfego, especialmente em regiões conurbadas; • Priorização no espaço viário do transporte público coletivo em relação ao individual; • Prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte; • Reestruturar a sinalização viária; • Reestruturar e complementar os sistemas viários básico e estrutural; • Reestruturação dos serviços de transporte coletivo.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos sistemas do transporte coletivo público; • Ampliação da rede de calçadas e de espaços públicos de circulação de pedestres em locais e ruas que possibilitam a conexão entre os equipamentos públicos e a ligação ao sistema de transporte público coletivo; • Aprimorar o processo de planejamento do transporte urbano e do sistema viário; propõe-se a elaboração periódica de pesquisas, para a identificação e monitoramento das características dos deslocamentos usuais da população; • Buscar recursos para projetos de sinalização viária; • Criação de ações para a conscientização dos munícipes quanto a importância da acessibilidade nas edificações e passeios, bem como a responsabilidade dos proprietários na manutenção;



- Definição de padrões de calçadas acessíveis e ações para a eliminação de obstáculos à circulação de pedestres;
- Desviar o fluxo dos acessos dos polos geradores de tráfego e das vias com grandes ocorrências de congestionamentos, através de rotas secundárias;
- Elaboração de medidas para a conscientização comportamental no trânsito;
- Elaboração de planos de gestão e manutenção das demandas de infraestrutura viária;
- Elaboração de planos para integração intermodal de transportes;
- Implantação de ciclofaixas e/ou ciclovias;
- Implantação de infraestrutura para o transporte público coletivo, pontos de ônibus e terminais intermodais;
- Implantação de pisos drenantes em vias locais;
- Implantação de rotas acessíveis;
- Implantação do Plano de Mobilidade Urbana, visando atender e solucionar as demandas existentes;
- Manutenção periódica das estradas vicinais;
- Padronização de calçadas e adequação das existentes em acordo com normas técnicas vigentes;
- Promoção estudos de viabilidade de implantação e instalação de estacionamentos coletivos e rotativo.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

2.4 Qualificação ambiental

Os desígnios da qualificação ambiental em Herval d'Oeste são a preservação e a manutenção do meio ambiente, bem como a criação de áreas verdes de lazer, com intuito da melhoria da ambiência urbana. Suas diretrizes estimulam a distribuição equitativa da infraestrutura de serviços públicos básicos, de forma a minimizar os riscos ao meio ambiente. A conscientização ambiental é vital para a implantação das diretrizes de qualificação ambiental, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Já as ações de qualificação ambiental são preventivistas e também buscam minimizar ou neutralizar os efeitos de ocupações em áreas indevidas. Além de visarem a qualificação e implantação de espaços verdes de lazer e recreação.

Tabela 4 - Eixo de qualificação ambiental.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Objetivos

- Ampliar os serviços de saneamento básico;
- Coibir ocupações em áreas de risco geológico e/ou hidrológico;
- Estudar medidas mitigadoras para áreas de risco geológico e/ou hidrológico;
- Garantir o desenvolvimento urbano de forma ecologicamente sustentável, tendo na preservação do meio ambiente uma vantagem competitiva;
- Implantar e ampliar parques lineares e ecológicos;
- Incentivar projetos de edificações com alternativas sustentáveis;
- Melhorar o condicionamento térmico na área urbana;
- Preservar o meio ambiente;
- Revitalizar espaços de lazer e recreação existentes.



Diretrizes

- Aprimoramento da política de proteção, conservação e recuperação dos ambientes naturais presentes na cidade, com atenção especial aos recursos hídricos e à biodiversidade existente;
- Considerar os impactos das mudanças climáticas, na qual se busca o fortalecimento da consciência da população, da eficiência energética e de critérios de concepção de infraestruturas resistentes aos eventos climáticos extremos como alguns dos princípios básicos para uma maior;
- Controlar o despejo de resíduos nos rios de Herval d'Oeste;
- Criação de políticas de fiscalização e gestão da produção animal em áreas de interesse ambiental, com medidas que visem impedir a poluição destas áreas;
- Criar incentivos fiscais para unidades de conservação e lotes atingidos por áreas de preservação permanente;
- Criar programas de conscientização ambiental;
- Determinar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, para implantar e melhorar a rede de infraestrutura urbana, e no que tange ao abastecimento de água potável e sistema de coleta de esgoto, fomentar o crescimento progressivo do atendimento a todo o município;
- Diminuir, controlar e minimizar a utilização de defensivos agrícolas;
- Distribuição equitativa de espaços de lazer, mobiliário urbano e infraestrutura de serviços públicos em todo município;
- Enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais;
- Fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente;
- Implantar e melhorar a rede de drenagem urbana;
- Implantar medidas para conservação do solo;
- Incentivar estudos técnicos para mitigar ou eliminar eventos oriundos de riscos de geológicos e hidrológicos;
- Fortalecer o licenciamento e a fiscalização da suinocultura nas áreas de mananciais;
- Melhorar a paisagem territorial com implantação de mobiliário e arborização urbana;
- Minimizar o impacto ambiental gerado pelos despejos de resíduos de forma indevida, bem como oriundo da utilização de defensivos agrícolas;
- Incentivar o fortalecimento dos aspectos naturais para caracterizar, diagnosticar, avaliar e planejar o uso do solo;
- Preservar e recuperar as áreas de preservação permanente bem como estabelecer medidas para preservação das reservas florestais nativas existentes nas áreas urbanas e rurais;
- Preservar e revitalizar redes de coleta e estação de tratamento de esgoto;
- Proteger parques e bosques, estabelecendo ou fortalecendo o manejo das áreas de amortecimento nos respectivos entornos;
- Reestruturar e ampliar os espaços públicos e áreas verdes;
- Revitalização das margens do Rio do Peixe e seus afluentes;
- Universalização do acesso ao saneamento básico, otimização do uso do território, a inovação tecnológica e a promoção de padrões de produção e consumo de água e energia sustentáveis.

Ações

- Aplicação de legislação para restrição e coibição de ocupações em áreas de risco geológicos;
- Criação de espaços verdes para lazer e recreação;
- Criação de incentivos fiscais para manutenção e preservação de áreas de preservação permanente;
- Criação de incentivos para ampliação da cobertura do solo em áreas de encostas;
- Criação de parques lineares nas margens do Rio do Peixe;
- Criação de programa de conscientização ambiental para a população;
- Criar legislação para instalação de cisternas para coleta de água de chuva em edificações;
- Demarcação de áreas de risco, onde seja coibido a utilizada destas. Somente sendo permitido a ocupação por meio de estudos específicos que comprovem sua viabilidade;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupações em áreas suscetíveis a riscos geológicos e hidrológicos;



- Elaboração de um Programa Municipal de Proteção e Defesa Civil prevendo atividade de prevenção, preparação, mitigação, resposta e reconstrução nas situações de desastres;
- Expansão e manutenção dos serviços relacionados ao saneamento básico municipal;
- Gerenciamento de áreas de riscos geológicos e hidrológicos;
- Gestão, licenciamento e fiscalização da produção animal, principalmente no que diz respeito ao tratamento e disposição de dejetos, de modo a impedir a poluição ambiental decorrente destas atividades;
- Implantação de políticas para consumo consciente;
- Determinar a instalação de cisternas para coleta de água de chuva;
- Determinar a utilização de canudos biodegradáveis;
- Determinar a utilização de sacolas retornáveis supermercados e comércios;
- Implantação de programas de arborização urbana, a fim de proporcionar melhores condições térmico-ambientais;
- Implantação de programas para o atendimento saneamento básico em áreas rurais;
- Implantar projetos de educação ambiental;
- Manutenção de encostas;
- Mapear e promover a gestão dos riscos e vulnerabilidades socioambientais, como fundamento ao planejamento e controle do uso do solo;
- Monitoramento de encostas e elaboração de planos de contingência;
- Monitoramento e manutenção da biodiversidade no meio urbano e rural – fauna e flora;
- Pactuar com as concessionárias de energia e telecomunicações a substituição gradual das redes de distribuição aérea pelo sistema subterrâneo;
- Regulamentar a disposição de publicidade ao ar livre e compatibilizar os projetos de sinalização viária, de modo a priorizar a percepção e a visualização do espaço urbano pelo cidadão;
- Revegetação das matas ciliares com espécies nativas;
- Sensibilizar a população para práticas e atitudes preventivistas, como princípio à sua proteção e defesa.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

2.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural

O escopo do eixo de proteção do patrimônio histórico-cultural busca incentivar e preservar a cultura e o patrimônio histórico de Herval d'Oeste, como medida de preservação da memória do povo, além do incentivo a exploração das potencialidades turísticas do município. Suas diretrizes e ações visam fomentar o desenvolvimento e manutenção dos aspectos que envolvem o patrimônio histórico-cultural.

Tabela 5 - Eixo proteção do patrimônio histórico e cultural.

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a paisagem rural; • Fomentar a preservação do patrimônio histórico material e imaterial do município; • Melhorar a paisagem urbana; • Promover a preservação da cultura do município. 	
Diretrizes	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a criação e manutenção dos espaços culturais do município; • Elaborar e implantar o plano de preservação do patrimônio histórico; • Envolver a população na identificação, valorização, conservação e proteção da paisagem urbana e marcos referenciais; 	



- Estimular a criação e o crescimento de grupos preservacionistas de tradições;
- Estimular a cultura local;
- Estimular a restauração de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;
- Estimular e preservar o idioma dos imigrantes e dialetos locais;
- Estimular o modo de vida rural;
- Fomentar a manutenção da paisagem rural;
- Proceder ao tombamento de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;
- Promoção de equilíbrio visual entre diversos elementos que constituem a paisagem urbana;
- Proteger os patrimônios ambientais, históricos e culturais;
- Recuperar e valorizar a identidade local;
- Valorizar a história do Município.

Ações

- Criação de inventários e acervos dos bens culturais;
- Criar de zona de preservação histórico cultural e ambiental nas proximidades do conjunto ferroviário
- Criação de incentivos fiscais para manutenção de edifícios históricos;
- Criação de programa para a manutenção do patrimônio histórico material e imaterial do município;
- Criação de programas de incentivo à cultura;
- Criação de programas para o envolvimento da população na identificação, valorização e proteção da paisagem urbana e rural;
- Decretar o tombamento de edificações e monumentos de importância arquitetônica e histórica;
- Elaboração de programas para conservação de edificações e sítios históricos;
- Elaboração de programas para inclusão a cultura.

Fonte: CIMCATARINA (2019)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prognóstico do município busca balizar as medidas necessárias para a revisão da legislação urbanística, atendo as demandas averiguadas na leitura técnica e comunitária do município, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado da cidade.

Observando os aspectos levantados neste prognóstico, nota-se que as principais demandas da revisão do plano diretor são: a diversificação de atividades em zonas periféricas; necessidade de regularização de ocupações e loteamentos irregulares; promoção de emprego e renda; qualificação das ocupações; criação de novas áreas industriais, pesquisa e de inovação; necessidade de espaços para lazer e recreação dos munícipes; implantação de plano de mobilidade; coibição de ocupações em áreas de risco (hidrológicos e geológicos); preservação do patrimônio histórico-cultural do município; melhoras nas infraestruturas do saneamento básico e; medidas para desenvolvimento econômico de empresas e de pequenas propriedades rurais.

Assim sendo, a revisão dos códigos edilícios e urbanísticos deverão considerar o prognóstico do município de Herval d'Oeste.





www.cimcatarina.sc.gov.br

**Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar,
Sala 1305 – Bairro Canto, CEP 88.070-800,
Florianópolis/Estado de Santa Catarina**

